



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

**PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 4674/2024**

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2024.

Processo nº 0801313-08.2024.8.19.0069,  
ajuizado por

Trata-se de demanda judicial, cujo pleito se refere ao medicamento (Num. 139642124 - Pág. 2) **olanzapina 10mg**.

De acordo com Laudo Médico Padrão para Pleito Judicial de Medicamentos (Num. 139642126 - Págs. 1 e 5), trata-se de Autor com quadro de **Transtorno de pânico - ansiedade paroxística episódica** (CID-10: **F41.0**) e **Transtorno dos hábitos e impulsos, não especificado** (CID-10: **F63.9**), causando picos de agressividade e autolesões, ideação suicida e crises dissociativas. Já fez uso de diversos antipsicóticos e estabilizadores de humor. Sendo indicado o uso de **olanzapina 10mg** – 1 comprimido a cada 12 horas.

Isto posto, informa-se que o medicamento pleiteado **olanzapina 10mg** está indicado no tratamento das condições clínicas descritas para o Autor: de **transtorno do pânico e transtorno dos hábitos e impulso**.

No que tange ao fornecimento dos itens pleiteados:

- **Olanzapina 10mg, grupo 1A** de financiamento do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica<sup>1</sup>, disponibilizada pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, através do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), aos pacientes que se enquadrem nos critérios de inclusão dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) elaborados pelo Ministério da Saúde, atendendo, também, ao disposto no Título IV da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 (estabelece as normas de financiamento e de execução do CEAF). Os medicamentos do CEAF somente serão autorizados e disponibilizados para as doenças descritas na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) contempladas. Dessa forma, destaca-se que a CID-10 declarada em documento médico, a saber: **F41.0 – Transtorno de pânico (ansiedade paroxística episódica)** e **F63.9 - Transtorno dos hábitos e impulsos, não especificado**, não estão contempladas no rol de doenças autorizadas a receber o referido medicamento pela via administrativa;

Considerando o caso em tela, informa-se que não há Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT)<sup>2</sup> publicado para o manejo das seguintes doenças: **F41.0 – Transtorno de pânico (ansiedade paroxística episódica)** e **F63.9 - Transtorno dos hábitos e impulsos, não especificado**, e, portanto, não há lista oficial de medicamentos que possam ser implementados nestas circunstâncias.

<sup>1</sup> **Grupo 1A** - medicamentos com aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde, os quais são fornecidos às Secretarias de Saúde dos Estados e Distrito Federal, sendo delas a responsabilidade pela programação, armazenamento, distribuição e dispensação para tratamento das doenças contempladas no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.

<sup>2</sup> Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS – CONITEC. Disponível em: <<https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/avaliacao-de-tecnologias-em-saude/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas>>. Acesso em: 11 nov. 2024.



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

Apesar da médica assistente relatar que o Autor já fez uso de diversos antipsicóticos e estabilizadores de humor (Num. 139642126 - Págs. 1 e 5), não se pode afirmar que todas as alternativas tenham sido esgotadas. Assim, este Núcleo **sugere que a médica assistente avalie a possibilidade de uso pelo Autor dos medicamentos antipsicóticos padronizados no âmbito da Atenção Básica – levomepromazina 40mg/mL (solução oral), levomepromazina 25mg e 100mg (comprimido), periciazinha 10mg (comprimido), risperidona 1mg (comprimido), haloperidol 2mg/mL (solução oral), 1mg e 5mg (comprimido) e decanoato de haloperidol (50mg/mL), clorpromazina 25mg, 100mg (comprimido).**

Informa-se que para ter acesso ao medicamento padronizado no âmbito da Atenção Básica, o Autor ou seu representante legal deverá dirigir-se à Unidade Básica de Saúde mais próxima de sua residência a fim de receber informações quanto ao fornecimento dos referidos medicamentos.

O medicamento aqui pleiteado apresenta registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

**É o parecer.**

**À Vara Única da Comarca de Iguaba Grande do Estado do Rio de Janeiro para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.**

**TASSYA CATALDI CARDOSO**

Farmacêutica  
CRF- RJ 21278  
ID: 50377850

**JACQUELINE ZAMBONI MEDEIROS**

Farmacêutica  
CRF- RJ 6485  
ID: 501.339-77

**FLÁVIO AFONSO BADARÓ**

Assessor-chefe  
CRF-RJ 10.277  
ID. 436.475-02